



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 575, DE 2025

Requer informações ao Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre o andamento, gastos e futuro do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS/NCPFI) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Santa Cruz, Rio de Janeiro, tendo em vista denúncias veiculadas.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Rocha Santos Padilha, informações e esclarecimentos sobre o andamento, gastos e futuro do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS/NCPFI) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Santa Cruz, Rio de Janeiro, tendo em vista denúncias veiculadas.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Rocha Santos Padilha, informações e esclarecimentos sobre o andamento, gastos e futuro do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS/NCPFI) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Santa Cruz, Rio de Janeiro, tendo em vista denúncias veiculadas.

Nesses termos, requisita-se as seguintes informações, bem como a documentação comprobatória correspondente:

A. Linha do Tempo e Atrasos:

1. Qual é o cronograma detalhado do projeto CIBS/NCPFI desde sua concepção em 2009 até a presente data, indicando marcos, previsões e o status atual de cada etapa? Solicitamos o envio da linha do tempo oficial e quaisquer alterações aprovadas.

2. Quais foram as justificativas formais para os atrasos e paralisações em cada fase do projeto? Enviar cópias de todas as notas técnicas, pareceres jurídicos e decisões administrativas que fundamentaram essas interrupções e alterações de prazos.

B. Gestão de Recursos e Auditorias:

1. Qual é o detalhamento completo dos recursos financeiros alocados e efetivamente gastos no projeto CIBS/NCPFI desde 2009? Enviar planilhas discriminadas por ano, rubrica orçamentária, tipo de despesa (obras civis, equipamentos, consultorias, aluguéis, etc.) e fonte de recurso, acompanhadas das memórias de cálculo pertinentes.
2. Quais são os sete relatórios completos do Tribunal de Contas da União (TCU) referentes ao projeto, incluindo todas as determinações, recomendações, multas aplicadas e o status de cumprimento dessas deliberações pela Fiocruz e pelo Ministério da Saúde? Enviar cópia integral de todos esses relatórios e dos documentos que comprovem o atendimento ou justificativas para o não atendimento das deliberações.
3. Quais medidas corretivas foram efetivamente adotadas pela Fiocruz e pelo Ministério da Saúde em resposta às falhas apontadas pelo TCU? Quais foram os resultados práticos dessas medidas? Enviar documentação que comprove a implementação e o impacto dessas ações.

C. Situação e Armazenamento dos Equipamentos:

1. Qual é a lista completa e detalhada dos 27 equipamentos industriais de grande porte adquiridos por R\$ 813 milhões, incluindo modelo, fabricante, data de aquisição, valor original, valor atualizado e localização atual de cada item? Enviar as notas fiscais de compra e os inventários atualizados.

2. Existem laudos técnicos atualizados que atestem a integridade e funcionalidade desses equipamentos, considerando o tempo em que permaneceram armazenados e a expiração das garantias dos fabricantes? Caso existam, enviar cópias desses laudos.
3. Quais são os custos detalhados e os contratos referentes ao aluguel do galpão na Baixada Fluminense para armazenamento dos equipamentos? Qual foi a justificativa formal para a escolha desse local e quais as medidas de segurança adotadas? Enviar as cópias dos contratos de aluguel e dos relatórios de segurança do local.
4. Existe um plano de contingência para a eventual necessidade de manutenção ou substituição de peças/equipamentos devido à obsolescência ou degradação? Se sim, qual o conteúdo deste plano?

D. Modelos de Financiamento e Contratações:

1. Qual foi o detalhamento completo do processo licitatório que resultou na contratação do Consórcio NCPFI-RJ (GRT Partners Capital e Participações Ltda, Lineal Participações S/A e AF FIT Construções e Comércio Ltda) no modelo *built to suit* (BTS)? Enviar o edital, as propostas apresentadas e a íntegra do contrato assinado em novembro de 2021.
2. Quais foram as razões formais para a não execução contratual pelo consórcio e quais documentos comprovam as dificuldades alegadas de captação de recursos privados? Enviar a correspondência oficial e os relatórios que detalham essa não execução.
3. Qual é a nova proposta apresentada pela Fiocruz no final de 2024, que prevê um aporte inicial de R\$ 1,2 bilhão de recursos públicos (via PAC)? Enviar cópias dos pareceres técnicos e jurídicos que embasam essa decisão e as memórias de cálculo financeiro.

4. Qual é o status atual da análise dessa nova proposta pelo TCU e pelo Ministério da Saúde, incluindo os prazos para deliberação e os critérios de avaliação? Enviar os documentos mais recentes sobre essa análise.

E. Perspectivas Futuras e Responsabilização:

1. Qual é o cronograma revisado e detalhado para a finalização e colocação em operação da fábrica, incluindo as respectivas previsões de custos adicionais (os R\$ 5,4 bilhões estimados pela Fiocruz)? Enviar os planos de execução e as planilhas orçamentárias revisadas.
2. Quais medidas concretas estão sendo tomadas para garantir que os erros e atrasos passados não se repitam, e para evitar novos prejuízos ao erário? Enviar os planos de ação e as políticas de governança implementadas.
3. Existem processos de responsabilização de gestores e funcionários envolvidos nas decisões que levaram aos prejuízos e atrasos identificados? Se sim, qual é o status atual desses processos administrativos e judiciais? Solicitamos acesso a informações sobre o andamento de quaisquer investigações ou ações disciplinares/judiciais.

JUSTIFICAÇÃO

A relevância estratégica de implantação de um Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (Cibs), anteriormente conhecido como Novo Centro de Processamento Final (NCPFI), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), localizado em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro, para a autonomia e soberania nacional em saúde pública é inegável, especialmente em um cenário global que exige capacidade de resposta rápida a emergências sanitárias, como demonstrado pela pandemia de

COVID-19. A previsão de se tornar a maior e mais moderna fábrica de vacinas e medicamentos da América Latina, com capacidade para produzir 120 milhões de frascos de imunizantes por ano, faz com que qualquer paralisação ou desvio de finalidade configure um grave prejuízo ao interesse público.

A matéria jornalística "Terreno da maior fábrica de vacinas do Brasil ainda é só mato, apesar de R\$ 1,2 bi gastos em 16 anos", publicada em 20/04/2025, expõe uma situação preocupante de desperdício de recursos públicos, ineficiência na gestão e alto risco de obsolescência tecnológica. Decorridos 16 anos desde o início do projeto (2009), e com um investimento já contabilizado de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, o terreno de 580 mil metros quadrados permanece inativo. Além disso, equipamentos de grande porte, adquiridos por R\$ 813 milhões (valores atualizados pelo TCU) em 2014, encontram-se encaixotados desde 2018 em um galpão alugado, gerando um custo adicional de R\$ 14,3 milhões em aluguel nos últimos três anos, e com a garantia dos fabricantes já expirada.

As auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), mencionadas na reportagem, que datam desde 2016 e apontam falhas, pagamentos indevidos, falta de viabilidade econômica e aquisição antecipada de equipamentos sem a devida infraestrutura, reforçam a urgência de total transparência. A mudança de modelos de financiamento, como o *built to suit* (BTS), que resultou em um contrato não executado devido à incapacidade do consórcio de captar recursos privados, e a proposta atual de um aporte inicial de R\$ 1,2 bilhão de recursos públicos (PAC) em um fundo imobiliário, indicam uma gestão com sérias deficiências e um potencial risco de perpetuação do problema.

É fundamental que o Congresso Nacional, por meio deste Senado Federal, exerça seu papel fiscalizador e obtenha informações claras e detalhadas para a sociedade brasileira, que é a principal afetada por esses atrasos e pela má aplicação de recursos.

Este requerimento visa a promover a transparência e a fiscalização dos gastos públicos, garantindo que a sociedade tenha acesso pleno às informações sobre um projeto de vital importância para a saúde do Brasil.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2025.

Senadora Damares Alves